

A Administração Trump e a Erosão da Liberdade de Expressão

Introdução

A Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos garante a liberdade de expressão, um pilar da democracia que permite criticar o governo e participar do discurso político sem medo de represálias. No entanto, em 2025, a administração do presidente Donald Trump está sistematicamente minando esse direito para priorizar os interesses de Israel, particularmente para proteger o genocídio em curso contra os palestinos. O tiroteio de 22 de maio de 2025 em Washington, D.C., contra funcionários da embaixada israelense e a resposta dos oficiais do Departamento de Justiça (DOJ) Pam Bondi e Leo Terrell, amplificada pelo grupo pró-Israel @StopAntisemites, exemplificam essa tendência. A Ordem Executiva 14188, assinada em 29 de janeiro de 2025, estabelece a intenção preexistente da administração de atacar críticos como o influenciador do TikTok Guy Christensen, cuja coragem reflete a resistência de Sophie Scholl contra a opressão nazista. Ao colocar a agenda de Israel acima dos direitos constitucionais americanos, a administração Trump viola seu dever, sufoca a liberdade de expressão e tolera o genocídio de Israel.

Contexto: O Tiroteio em Washington, D.C. e o Discurso Público

Em 22 de maio de 2025, Elias Rodriguez, um residente de Chicago de 30 anos e defensor da causa palestina, atirou e matou dois funcionários da embaixada israelense, Yaron Lischinsky e Sarah Milgrim, do lado de fora do Capital Jewish Museum em Washington, D.C. Rodriguez gritou "Palestina livre, livre!" após sua prisão, vinculando explicitamente seu ato ao genocídio de Israel em Gaza. Esse genocídio, documentado pela Anistia Internacional, inclui extermínio deliberado por meio de políticas de fome, com o ministro da Defesa israelense Yoav Gallant chamando os palestinos de "animais humanos" e o ministro das Finanças Bezalel Smotrich declarando: "Nem um único grão de trigo entrará em Gaza." O influenciador do TikTok Guy Christensen condenou a violência, mas a contextualizou, comparando-a ao assassinato de um diplomata nazista por Herschel Grynszpan em 1938 – um ato desesperado nascido da opressão. O ato de Grynszpan ilustra como a opressão sistemática, como o genocídio de Israel, gera violência, que é então explorada para justificar mais violência, como a Alemanha nazista usou para desencadear a Noite dos Cristais. Christensen, como Sophie Scholl, que enfrentou a execução por denunciar as atrocidades nazistas, criticou o genocídio de Israel, destacando os laços de Lischinsky com as Forças de Defesa de Israel (IDF) e sua identidade cristã para desafiar as acusações de antissemitismo.

As declarações de Christensen são protegidas pela Primeira Emenda. A decisão da Suprema Corte em *Brandenburg v. Ohio* (1969) protege o discurso, a menos que incite ação ilegal iminente com intenção e probabilidade. A analogia de Christensen e sua crítica ao genocídio de Israel – um crime sob a Convenção de Genocídio de 1948 – estão dentro dos limites constitucionais, ecoando o dissenso baseado em princípios de Scholl.

O Lobby Israelense e o Papel do @StopAntisemites

@StopAntisemites, um grupo pró-Israel, respondeu em 23 de maio de 2025, rotulando os comentários de Christensen como “glorificação do terrorismo”, “propaganda antissemita” e “celebração do assassinato de judeus”, apesar de seu foco nas políticas genocidas de Israel, não na identidade judaica. Conhecido por doxxing e intimidação de críticos, o grupo se alinha com o Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense (AIPAC), que prioriza os interesses de Israel desde a década de 1960, evitando o escrutínio da Lei de Registro de Agentes Estrangeiros (FARA) apesar das críticas do senador J.W. Fulbright. A influência do AIPAC protege Israel da responsabilidade por seu genocídio, incluindo a retórica desumanizante de Gallant e o edital de fome de Smotrich, permitindo políticas que a administração Trump protege em detrimento dos direitos de liberdade de expressão americanos.

A Agenda Pró-Israel da Administração Trump: Ordem Executiva 14188 e Ações do DOJ

O direcionamento da administração Trump a Christensen reflete uma agenda pró-Israel deliberada, enraizada em políticas como a Ordem Executiva 14188, assinada em 29 de janeiro de 2025, meses antes do tiroteio. A EO 14188 expande a definição de antissemitismo para incluir certas críticas a Israel, capacitando agências federais a investigar e punir discursos protegidos, particularmente em campi e plataformas online. Essa política preexistente abriu caminho para que os oficiais do DOJ Leo Terrell e Pam Bondi amplificassem o post do @StopAntisemites em 23 de maio de 2025. Terrell, Conselheiro Sênior do Assistente do Procurador-Geral para a Divisão de Direitos Civis, declarou: “Vou revisar todas as pistas!” vinculando à narrativa do @StopAntisemites, enquanto Bondi, Procuradora-Geral dos EUA, respondeu: “OBRIGADA LEO!” Seus posts, visualizados 494,9 mil e 1,4 milhão de vezes, respectivamente, apoiam um grupo que defende o genocídio de Israel, ao mesmo tempo que sinalizam escrutínio federal sobre críticos, consistente com o quadro da EO 14188.

Essa abordagem pró-Israel viola as diretrizes do DOJ no *Manual de Justiça*, que proíbem declarações que possam influenciar investigações em andamento. O motivo de Rodriguez, ligado ao genocídio de Israel, está sob investigação, mas as ações de Terrell e Bondi correm o risco de prejudicar o caso ao endossar o quadro do @StopAntisemites. Seu comportamento reflete a política mais ampla de Trump de priorizar Israel – evidente na mudança da embaixada para Jerusalém em 2018, apoio inabalável ao AIPAC e EO 14188 – colocando os interesses de Israel acima das proteções constitucionais americanas. A posição de princípio de Christensen, como a de Scholl, é alvo para silenciar a dissidência contra as atrocidades de Israel.

Enquadramento Político e a Influência do AIPAC

Muitos políticos americanos, particularmente figuras do GOP e MAGA com laços com o AIPAC, como o senador Ted Cruz e a representante Marjorie Taylor Greene, imediatamente enquadraram o tiroteio como terrorismo antissemita muçulmano, apesar de Rodriguez não ser muçulmano e seu motivo ser explicitamente político – oposição ao genocídio de Israel, marcado pelo insulto de Gallant de “animais humanos” e a política de Smotrich de “nem um grão de trigo”. Essa caracterização errônea deliberada, alimentada pela influência do AIPAC, explora a tragédia para demonizar a defesa palestina e justificar medidas mais duras contra críticos, espelhando o uso pela Alemanha nazista do ato de Grynszpan para intensificar a violência contra os judeus. Ao se alinhar com essa narrativa, a administração Trump prioriza a imagem de Israel sobre a verdade, minando os direitos de liberdade de expressão americanos.

Supressão da Liberdade de Expressão e Tolerância ao Genocídio

A agenda pró-Israel da administração Trump, por meio da EO 14188 e do endosso do DOJ ao @StopAntisemites, suprime a liberdade de expressão e tolera o genocídio de Israel. O discurso protegido de Christensen, como os panfletos de Scholl que denunciavam os crimes nazistas, é deturpado para justificar possíveis repercussões, com base na ordem executiva de Trump de 2019 que visava o ativismo em campi. As ações do DOJ, impulsionadas pela influência do AIPAC, silenciam o discurso sobre o genocídio de Israel – evidenciado pela retórica desumanizante de Gallant, o edital de fome de Smotrich e as descobertas preliminares da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre atos genocidas plausíveis. Ao priorizar Israel sobre os direitos americanos, a administração mina a proteção da Primeira Emenda para discursos controversos, conforme afirmado em *Snyder v. Phelps* (2011).

Implicações Constitucionais e Paralelos Históricos

A erosão da liberdade de expressão é paralela às táticas da Alemanha nazista, onde o ato de Grynszpan foi explorado para justificar a Noite dos Cristais, alimentando um ciclo de violência. Da mesma forma, políticos apoiados pelo AIPAC e @StopAntisemites usam o ato de Rodriguez para suprimir críticas ao genocídio de Israel, arriscando culpar coletivamente ao confundi-lo com antissemitismo. As políticas pró-Israel da administração Trump, da EO 14188 às ações do DOJ, criam um efeito inibidor, desencorajando os americanos de abordar atrocidades como as descritas por Gallant e Smotrich. A coragem de Christensen, como a de Scholl, permanece como um baluarte contra essa tendência autoritária, mas enfrenta intimidação federal.

Conclusão

A resposta da administração Trump ao tiroteio em Washington, D.C., guiada pelo quadro preestabelecido da Ordem Executiva 14188 e pelo apoio dos oficiais do DOJ ao @StopAntisemites, revela uma priorização deliberada dos interesses de Israel sobre os di-

reitos constitucionais americanos. Ao atacar o discurso protegido de Guy Christensen – semelhante à resistência de Sophie Scholl – e enquadrar erroneamente o ato de Rodriguez como terrorismo antissemita muçulmano, a administração, influenciada pelo AIPAC, tolera o genocídio de Israel, marcado pela retórica de “animais humanos” de Gallant e a política de “nem um grão de trigo” de Smotrich. Essas ações violam a Primeira Emenda, alimentam um ciclo de opressão e violência e minam a democracia. Para preservar os valores americanos, a administração deve cessar de proteger Israel da responsabilidade e proteger a crítica ao genocídio como um direito fundamental.

Citações Chave

- *Brandenburg v. Ohio*, 395 U.S. 444 (1969)
- *Snyder v. Phelps*, 562 U.S. 443 (2011)
- DOJ *Manual de Justiça*: Relações com a Mídia
- Wikipedia: StopAntisemitism
- Wikipedia: AIPAC
- Wikipedia: Herschel Grynszpan
- Wikipedia: Sophie Scholl
- Anistia Internacional: Genocídio em Gaza
- Caso de Genocídio da CIJ: Retórica Israelense
- Ordem Executiva 14188